

19/10/2021

APEOESP

123

Acesse: www.apeoesp.org.br
imprensa@apeoesp.org.br

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNTB** e **CUT**

ASSEMBLEIA DECIDE:

**MOBILIZAÇÃO
TOTAL CONTRA
OS ATAQUES DE
DORIA/ROSSIELI**

Secretaria de Comunicação

Reunidos em assembleia estadual em frente à Assembleia Legislativa, nesta terça-feira 19, professores e professoras da rede estadual de ensino aprovaram o seguinte calendário de mobilização:

- ➔ **Dia 28 de outubro** - ato público unificado que será articulado junto às demais entidades dos servidores públicos, a ser realizado em frente à sede da SEDUC, na Praça da República.
- ➔ **De 3 a 10 de novembro** - Reuniões de Representantes e atos regionais nas Diretorias de Ensino para cobrar o atendimento das reivindicações da categoria.
- ➔ Panfletagens e mobilizações em locais de grande concentração popular e diálogo com a população.
- ➔ **Dia 12 de novembro** – assembleia estadual dos professores, às 14 horas, em frente à sede da SEDUC, na Praça da República.

Visitas às escolas e carros de som

As subsedes intensificarão as visitas às escolas e manterão em circulação carros de som para continuar dialogando com as comunidades escolares e com a população, como tem sido a prática do nosso Sindicato.

Comissões de fiscalização

As subsedes também manterão ativas e atuantes as comissões de fiscalização nas escolas, como o objetivo de assegurar que a volta às aulas presenciais ocorra apenas de forma segura para professores, funcionários, estudantes e toda a comunidade.

Maioria governista na Alesp concretiza mais um ataque de Doria aos serviços públicos

Lamentavelmente, por escassa maioria, os deputados governistas dos deputados na Assembleia Legislativa, subserviente aos projetos privatistas e eleitoreiros do governador João Doria, aprovou o Projeto de Lei Complementar (PLC) 26, que é a antecipação da reforma administrativa de Jair Bolsonaro (PLC 32) no estado de São Paulo.

Como é praxe neste governo, votos em plenário foram trocados pela concessão de emendas orçamentárias, uma prática vergonhosa que precisa ser banida da história política do nosso estado.

Realizamos, juntamente com os demais segmentos do funcionalismo, uma forte mobilização na Assembleia Legislativa e não deixaremos de defender, inclusive pela via judicial, os serviços públicos, os direitos dos servidores públicos e o atendimento justo a toda a população.

Ao mesmo tempo, embora na forma irregular de um aditivo que deveria ter se configurado como um projeto específico, com tramitação regular e democrática, foi aprovada a prorrogação dos contratos dos professores da categoria O que vencem em dezembro de 2021, a integridade dos salários dos professores da categoria O (um recuo do governo em relação ao texto original) e a extinção do prazo de cinco anos para que qualquer professor/a que tenha sido punido/a por qualquer razão possa retornar à escola PEI. São pontos, diga-se de passagem, pelos quais a APEOESP vinha lutando há muito tempo. Além desses pontos, o aditivo traz algumas pequenas melhorias para os funcionários de escolas.

Mobilização permanente na Alesp

Manteremos mobilização permanente na Alesp para lutar contra o PLC 37, que cria o Abono FUNDEB, da forma como detalharemos mais neste Boletim, por uma política salarial para toda a nossa categoria, da ativa e aposentados.

Governo Doria/Rossieli atua em sintonia com Bolsonaro

A dupla Doria/ Rossieli tem como eixo central de seu governo o ataque contínuo aos direitos dos profissionais da Educação, demais servidores públicos, dos trabalhadores e da população. Neste sentido, atuam de forma bastante articulada com o governo genocida de Jair Bolsonaro, repetindo ou antecipando no estado de São Paulo as mesmas medidas adotadas em nível federal.

Isto ocorre em relação à postura genocida de ambos os governos em relação à pandemia, para além da propaganda eleitoreira de João Doria. Somente pessoas negacionistas e sem respeito pelo direito à vida podem impor a volta obrigatória de professores, funcionários e estudantes às atividades e aulas presenciais nas escolas numa situação de pandemia,

que ainda causa uma média de 500 óbitos por dia pela Covid-19 e que já provocou mais de 600 mil mortes desde o seu início.

Como aceitar essa medida em pleno final do ano, sendo que o próprio secretário da Educação anunciou que apenas 24% das escolas têm condições de garantir alguma segurança sanitária? Quando muitos profissionais da Educação ainda não completaram o ciclo vacinal? Se as autoridades sanitárias em nível internacional recomendam a terceira dose da vacina e esta sequer está sendo oferecida aos profissionais da Educação? Se o governo Doria/Rossieli dispensará até mesmo o distanciamento mínimo de 1 metro, que já não estava de acordo com as normas internacionais?

Não aceitamos e continuaremos a lutar pela defesa intransigente da vida e contra a volta irresponsável às aulas e atividades presenciais.

Política de Abono é retrocesso. Queremos reajuste e política salarial

Com nossa luta e mobilizações ao longo de anos, conquistamos em 2011 a incorporação de abonos e gratificações instituídas em anos anteriores pelos governos do PSDB – também como resultado de greves e mobilizações, é verdade.

Por isso, o PLC 37, que João Doria enviou à Assembleia Legislativa, representa um retrocesso que não podemos aceitar. Neste sentido, alertamos as professoras e os professores para o engodo que representa esse abono.

Em primeiro lugar, trata-se de um valor que será recebido uma única vez, sem agregar qualquer valor aos salários e sem impactos nos benefícios da carreira e na aposentadoria.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, determina que 70% de seu total devem ser destinados à valorização salarial desses profissionais. Portanto devem ser destinados à construção de uma política salarial consistente e não para abonos de caráter eleitoreiro na antessala de um processo eleitoral.

Não queremos abono e sim verdadeira política salarial para toda a

nossa categoria, da ativa e aposentados. E é perfeitamente possível dar reajuste linear para todas e todos com esse montante de R\$ 1,55 bilhão que Doria/Rossieli destinam a esse abono. Assim, portanto, reivindicamos e lutaremos pela conversão desse abono em reajuste salarial para a nossa categoria.

Ao mesmo tempo, prosseguimos lutando pelo reajuste de 29,25% necessário para que o Estado de São Paulo cumpra a lei do piso salarial profissional nacional, na perspectiva do cumprimento da meta 17 do Plano Nacional e do Plano Estadual de Educação, que foi também uma conquista da nossa luta.

Continuamos na luta contra os programas excludentes de Rossieli

Programa de Ensino Integral, o velho “novo” ensino médio, EJATEC, NOVOTEC, escolas cívico-militares e outros configuram um conjunto de medidas excludentes que rebaixam a qualidade do ensino estadual e afastam uma grande parcela de estudantes das escolas, sobretudo aqueles estudantes trabalhadores e os que não puderam estudar em idade própria.

Reafirmamos o posicionamento da APEOESP em relação a esses programas e, neste momento, convocamos todas as subsedes do nosso Sindicato para uma forte mobilização contra a intensificação do processo de fechamento do noturno nas escolas estaduais e de extinção de classes de Educação de Jovens e Adultos. Ou seja, a dupla Doria/Rossieli exclui pessoas do direito de estudar na idade própria e depois volta a excluí-las.

Assim orientamos todas as subsedes a trabalharem em conjunto com as comunidades para identificar toda a demanda para o ensino regular noturno, bem como para EJA, encaminhando essa demanda às escolas, às diretorias de ensino e à sede da SEDUC, exigindo o seu atendimento.

Lembramos que essa tem sido uma prioridade do Grupo Especial de Educação (GEDUC) do Ministério Público Estadual, a partir de denúncia encaminhada pela APEOESP.

EIXOS DE LUTA:

DEFESA INTRANSIGENTE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS CONTRA A TERCEIRIZAÇÃO

- Em defesa da estabilidade dos servidores públicos, como garantia da continuidade das políticas públicas para além da alternância dos governos.
- Em defesa dos concursos públicos, método qualificado e democrático de ingresso no serviço público.
- Contra a ampliação das possibilidades de livre nomeação e uso eleitoral e clientelista de cargos no serviço público.
- Contra a contratação ilimitada de servidores temporários.
- Não às provinhas e avaliação de desempenho com vistas à demissão de servidores públicos efetivos e temporários.
- Não à redução do abono de permanência.
- Não à redução do adicional de insalubridade.
- Fim do assédio moral.
- Não aos procedimentos de “via rápida” para punição e demissão de servidores públicos.
- Não à “supercontroladoria” geral do Estado.

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, GRATUITA, LAICA, INCLUSIVA, DE QUALIDADE PARA TODOS. EM DEFESA DOS DIREITOS DA NOSSA CATEGORIA: EFETIVOS E TEMPORÁRIOS – DA ATIVA E APOSENTADOS

Em defesa da vida

- Não à volta obrigatória às aulas presenciais, em plena pandemia, sem garantia de segurança sanitária.
- Pela disponibilização da terceira dose da vacina aos profissionais da Educação.
- Pelo máximo de 25 estudantes por classe, em todos os níveis e modalidades de ensino.

- Por um programa de reformas e construção de escolas estaduais, com um novo projeto arquitetônico.

Salários e valorização profissional

- Incorporação do abono FUNDEB aos salários na forma de reajuste para toda a categoria, da ativa e aposentados.
- Não à retomada da política de bônus e abonos. Por uma política salarial justa para todos e todas, da ativa e aposentados.
- Pelo descongelamento salarial. Reajuste de 29,25% para cumprimento da lei do piso nacional, na perspectiva do cumprimento da meta 17 do Plano Nacional de Educação e do Plano Estadual de Educação.
- Fim do confisco salarial de aposentados e pensionistas.
- Concursos públicos já para todos os cargos.
- Nomeação e convocação dos concursados.
- Pela contratação justa de professores temporários de acordo com a estratégia 18.10 do Plano Estadual de Educação.
- Concurso de remoção já.
- Em defesa da carreira. Pela retomada da comissão paritária para aperfeiçoamento da carreira do magistério.

Por atribuição de aulas justa e transparente

- O secretário da Educação deve receber a direção da APEOESP para tratar do processo de atribuição de aulas. Por uma atribuição de aulas justa e transparente, que garanta os direitos de todos os professores, efetivos e temporários.

Defesa da escola pública e dos direitos educacionais

- Não aos programas excludentes da SEDUC (PEI, “novo” ensino médio, EJATEC, NOVOTEC, escolas cívico-militares).
- Pela gestão democrática das escolas e do sistema
- Não ao fechamento do noturno
- Abertura e reabertura de classes do ensino regular e da Educação de Jovens de Adultos – juntamente com a comunidade, as subsedes devem organizar a demanda e exigir o seu atendimento.

Moção de apoio e solidariedade à professora Mônica Moraes

Diante da decisão arbitrária do Conselho Escolar da EE Profª Ivani Machado Bezerra (São Gonçalo do Amarante/RN) de remover a professora Mônica Moraes, sem que pudesse se quer ter seu direito ao contraditório e à ampla defesa garantido, uma vez que a professora foi convocada à Reunião do Conselho Escolar sem antecedência mínima exigida pelo estatuto, sem saber do assunto que seria tratado e sem ter tido acesso, antes da reunião ao “Relatório Pedagógico e Administrativo” que serviu de base para a decisão;

Diante das acusações que constam no “Relatório Pedagógico e Administrativo”: 1) a professora teve sua aula gravada em 2019 por duas alunas, sob a alegação de que “A aula não deveria ser sobre política”, e que uma mãe denunciou que a escola estava “doutrinando” as crianças “com viés comunista e petista”; 2) a professora se negou a dar aulas remotas, quando estas se tornaram obrigatórias; 3) uma série de fatos desconexos a partir dos relatórios, em que a gestão da escola convenceu uma parte dos alunos a assinar objeções em relação às aulas da professora.

Diante dessas três acusações, a professora Mônica demonstrou: 1) foi arbitrariamente filmada em sua aula, com um claro objetivo de perseguição política, e que, na época, tanto ela quanto a escola foram, na verdade, vítimas de ataques da ideologia da “Escola sem Partido”; 2) a professora comprovou ter respondido às aulas remotas, como consta do Ofício enviado por ela, de 3 de novembro de 2020, e de sua “Proposta de reposição das aulas não-presenciais” enviada à escola dentro do prazo estabelecido; 3) os relatórios, os quais uma parte dos alunos foi convencida a assinar, retratam situações que já foram resolvidas entre a professora e os alunos; 4) no “Relatório Pedagógico e Administrativo” não consta, em nenhum momento, a versão da professora e o desfecho das situações descritas.

Trata-se de clara perseguição política à professora Mônica, que se configura tanto no caso da gravação arbitrária de sua aula, quanto nas falsas acusações contidas no “Relatório Pedagógico e Administrativo”, claramente orquestradas por aqueles que se guiam contrários ao direito de cátedra e de expressão.

Sindicatos, entidades e movimentos defendem que o Conselho Escolar anule a sua decisão, retire as falsas acusações e reconduza a professora Mônica às suas aulas.